

JORNADA DE REFLEXÃO DESPORTO ESCOLAR 2017/2021

LISBOA | 17 DE MARÇO



Jornada de Reflexão Perspetivas futuras para o Desporto Escolar. Contributos para o projeto 2017-2021

Lisboa – março 2017

CONCLUSÕES

Introdução

Num momento em que se discute a definição do programa do Desporto Escolar para o quadriénio 2017-2021, a Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), o Conselho Nacional dos Profissionais e Professores de Educação Física (CNAPEF) e o Comité Olímpico de Portugal (COP) levaram a cabo um debate, que teve a presença de entidades e personalidade com interesse e responsabilidade neste campo.

O propósito central, tendo como pano de fundo a melhoria das condições de desenvolvimento da formação desportiva dos nossos jovens, foi promover um debate em torno das perspetivas de evolução do Desporto Escolar, identificando um conjunto de contributos que concorram para o fortalecimento de um projeto crucial para o desenvolvimento desportivo no nosso país.

Partindo de um documento base elaborado pelas entidades proponentes, estruturado em torno de três tópicos – (A) a valorização social do Desporto Escolar; (B) as condições de desenvolvimento do Desporto Escolar; (C) a relação do Desporto Escolar com o Desporto Federado – foram recolhidos contributos escritos que foram enriquecidos com a discussão, extrapolando os tópicos de referência apresentados.

Sintetizar e sistematizar uma discussão deste tipo implica a assunção de um quadro de referência (conceitual e político) que procuramos apresentar na segunda parte deste

documento. Este quadro assume visões e princípios que orientam um conjunto de propostas apresentadas na terceira parte.

Neste processo de sistematização, e atendendo aos diferentes ângulos em que se basearam muitas das intervenções, elegemos os espaços de decisão – a nível das estruturas coordenadoras e ao nível das escolas – como referenciais para a sua apresentação.

Pretendemos com estas conclusões constituir um documento que aglutine tendências e entendimentos dos diferentes participantes, numa tarefa em que uma perspectiva de unanimidade é inimiga da possibilidade de conciliar vontades. Uma ideia de consenso não deve ser entendida como ponto de partida, mas como parte de um caminho a percorrer.

Enquadramento

É inequívoco o papel do Desporto Escolar para a promoção de estilos de vida saudáveis, para a formação da cidadania e para o desenvolvimento e aprofundamento das capacidades e competências numa determinada modalidade, de forma facultativa e vocacional.

Como atividade de complemento curricular com um enorme valor educativo, tem na escola o seu espaço de desenvolvimento, uma vez que é ali que se encontram todos os jovens, que existem condições físicas e materiais e onde existe o necessário enquadramento técnico qualificado, para uma aposta na formação desportiva de qualidade. A afirmação da ideia de “Educação Física para todos os alunos, Desporto Escolar em todas as escolas” é um objetivo que devemos continuar a perseguir.

Neste reconhecimento da escola, a sua estrutura e dinâmica, como chave para a generalização da formação desportiva, importa discriminar e esclarecer ideias com as quais o Desporto Escolar pode ser confundido, como sejam o desporto na escola ou o desporto em idade escolar.

A valorização do Desporto Escolar não deve ser um objetivo em si mesmo, mas o resultado de um alargado conjunto de decisões, medidas e ações em diferentes níveis de decisão. A sua valorização está dependente em primeiro lugar da importância política que lhe é atribuída enquanto projeto de desenvolvimento desportivo pelos diferentes níveis de poder, e do apoio, contínuo sistemático e sustentável que lhe é proporcionado.

A promoção e valorização do Desporto Escolar devem ser fomentadas a partir do contexto local. Resulta daqui a importância de se conceberem programas “centrais” que definam princípios que orientem a apresentação de projetos específicos ao nível local, potenciando a existência de configurações diferenciadas em função das condições existentes. Esta perspectiva associada à valorização de projetos que respeitem o agrupamento de várias escolas, um envolvimento efetivo de alunos e professores, numa relação próxima com a comunidade, envolvendo pais e autarquias locais é um caminho que importa perseguir.

A disponibilidade e respeito por princípios de autonomia, sustentados por uma necessária confiança nas capacidades das escolas e dos seus profissionais em garantir propostas plurais quanto aos objetivos, motivos e concretizações, cuja eficácia criará maior participação e envolvimento.

Sobressai neste caminho a importância dos processos de monitorização e supervisão por parte das diferentes estruturas implicadas na gestão das atividades, quer a nível local, quer a nível central, com o objetivo de apoiar e orientar os vários projetos.

A afirmação do Desporto Escolar como elemento integrante e estruturante do Projeto Educativo das escolas enquanto elemento de promoção de estilos de vida saudáveis, referente identitário da escola, promotor do sucesso escolar e redutor do absentismo é uma tarefa que continua por cumprir. Reafirma-se o papel das estruturas do Ministério da Educação em darem sinais claros aos diferentes órgãos de gestão das escolas – conselho geral, direção e conselho pedagógico – para que este desígnio se possa concretizar.

Enquanto projeto de desenvolvimento e de formação desportiva, qualquer perspetiva de concretização está intimamente ligada às condições que lhe são disponibilizadas. A evolução verificada, em muitos aspetos, através do Programa de Desporto Escolar 2013-2017, necessita de ser continuada e aprofundada em alguns domínios.

O desenvolvimento do Desporto Escolar não se pode basear no desconhecimento e na limitação das possibilidades de trabalho da escola atual e das suas dinâmicas. Por um lado, torna-se necessário reafirmar o papel fundamental do Desporto Escolar na formação dos jovens em idade escolar, como atividade de complemento da disciplina de Educação Física, disciplina da formação geral de carácter imprescindível do primeiro ao décimo segundo ano de escolaridade. Por outro, a assunção de que o Desporto Escolar é um espaço de formação desportiva: implica superação, treino e competição com vista a um melhor desempenho desportivo. Para que cumpra este desígnio são necessárias condições organizativas de tempo, de horários, de espaço e de enquadramento, disponibilizadas pela tutela e geridas ao nível da escola, que garantam as efetivas possibilidades de participação dos alunos.

A relação do Desporto Escolar com o sistema federado é um ponto-chave para o desenvolvimento desportivo do país. A cooperação entre estes dois sistemas deve estar no centro das preocupações numa perspetiva de complementaridade. Cumprem um mesmo objetivo - a formação desportiva - com meios e em contextos diferenciados, não devendo nesta relação o Desporto Escolar ser considerado apenas como um “viveiro” do sistema desportivo, alimentando-o nas idades de formação. Esta visão é redutora e constrange as possibilidades de desenvolvimento da prática desportiva dos nossos jovens. O grande contributo que o Desporto Escolar pode dar para o desenvolvimento desportivo insere-se num processo de generalização da prática desportiva, onde poderão surgir jovens de grande valor desportivo.

A permuta entre quadros competitivos destes dois sistemas pode ser uma forma de estreitar esta relação. Não só a incorporação de grupos/equipas de nível III nos quadros competitivos do sistema federado, mas também a possibilidade de participação de grupos/ equipa de nível II em quadros competitivos do sistema federado e vice-versa. O nível competitivo poderá ser o critério a considerar para a elaboração de quadros competitivos, promovendo assim uma participação “mista” (Desporto Escolar e Desporto Federado) em idades de formação.

O modelo organizativo vigente limita as possibilidades de desenvolvimento desta relação. Não existindo a necessidade de definir um modelo único e universal para a relação do Desporto Escolar com o Desporto Federado, deve ser considerada a possibilidade de enquadrar diferentes processos, que tenham como referência o contexto e a modalidade a que se referem, com o fim último de proporcionar um aumento do número de jovens com acesso à prática desportiva.

Sobressai deste entendimento a importância e necessidade da definição de um plano estratégico para o desporto português que, partindo de uma avaliação da realidade existente, enquadre os subsistemas federado, escolar, autárquico como diferentes formas de garantir uma generalização da prática desportiva, em especial nas idades de formação.

Considerar a discussão do enquadramento institucional do Desporto Escolar, nomeadamente a sua filiação, recrutando exemplos de sistemas internacionais de sucesso, bem como o financiamento das atividades do Desporto Escolar no quadro global do fomento da prática desportiva.

Concretizações

Dimensão macro, que envolve as decisões de nível político e centrais

- A apresentação de projetos plurianuais com a duração de 4 anos (analisados de 2 em 2 anos), estruturados numa lógica de continuidade de formação, enquadrando toda a atividade interna e atividade externa (competições, convívios, exposições);
- Salvaguardando a coerência de princípios comuns, garantir a flexibilidade nas formas de concretização dos projetos locais em agrupamentos de escolas que fomentem a sua valorização e a sua afirmação comunitária;
- O reconhecimento e promoção das boas práticas existentes, como forma de afirmação dos projetos locais, envolvendo toda a comunidade, contribuindo para a sua valorização;
- Reconhecer o papel dos municípios na definição dos projetos locais de Desporto Escolar, enquadrando sinergias, potenciando recursos (nomeadamente ao nível das instalações) que promovam um maior envolvimento comunitário;
- Garantir meios e formas que permitam um aumento da exposição mediática do Desporto Escolar, nomeadamente no investimento em processos eficazes de comunicação e reforço do seu posicionamento local e nacional.
- A definição de elementos de monitorização do impacto educativo do projeto do Desporto Escolar em cada escola, que não se confinem à informação dos resultados desportivos e/ou indicadores quantitativos relacionados com o número de alunos e grupos/ equipa inscritos, mas indicadores de índole qualitativa relacionados com a validade da sua inscrição no projeto educativo, na relação identitária dos alunos com a escola, na promoção do sucesso escolar, entre outros;
- Garantir processos de supervisão e monitorização por parte das estruturas com responsabilidade no projeto do Desporto Escolar, em especial ao nível das condições de participação dos alunos e do respeito pelas normas básicas da ética desportiva, bem como uma maior visibilidade institucional ao nível da Inspeção-Geral da Educação e Ciência;
- Proporcionar o envolvimento e contribuição das estruturas de investigação do país, nomeadamente das universidades, escolas de ensino superior e demais instituições, para a caracterização das condições de realização e de desenvolvimento do Desporto Escolar, possibilitando a formulação de propostas sustentadas e abrangentes;

- Garantir condições temporais que permitam um enquadramento técnico promotor das possibilidades de formação desportiva, reforçando o tempo destinado aos professores responsáveis de grupo-equipa, em especial nas situações de treino e competição mais frequente;
- Garantir a existência de quadros competitivos que respeitem as condições para uma formação desportiva, sendo alargados no tempo (garantindo um período de competição para todos os alunos que se prolongue pelo menos por 6 meses do calendário escolar), regulares e frequentes (que garantam a continuidade das experiências competitivas com maior frequência, independentemente do número de equipas inscritas);
- Garantir quadros competitivos que permitam o encontro das equipas em função do seu nível, com condições de participação e regulamentares adaptadas;
- Desenvolver processos de formação dos professores que reconheçam as possibilidades de desenvolvimento das suas funções, garantindo processos de dupla certificação para ações desenvolvidas no âmbito do sistema escola ou federado;
- Promover, em algumas modalidades, uma estreita interligação com o Desporto Federado, garantindo a organização conjunta de quadros competitivos abertos à participação de equipas do Desporto Federado e Desporto Escolar, potenciando o número de praticantes e as condições de funcionamento;
- Permitir a formulação de modelos organizativos diferenciados, relacionados com o contexto e a modalidade em que se desenvolvem, que estimulem a aproximação dos diferentes sistemas;
- Restringir a participação de alunos federados nas competições de nível II do Desporto Escolar garantindo um alargamento da formação desportiva a mais alunos;
- Procurar sinergias que garantam a eliminação de barreiras administrativas nas possibilidades de participação nos quadros competitivos dos dois sistemas, nomeadamente ao nível dos seguros de participação;
- Possibilitar que o número de praticantes de uma modalidade no sistema escolar e no sistema federado possa ser utilizado como indicador da prática desportiva nacional.

Dimensão meso, que envolve as decisões ao nível de escola

- A afirmação explícita nos Projetos Educativos dos fins e objetivos da Educação Física e do Desporto Escolar, enquanto atividade de complemento curricular, e dos contributos da sua existência para atingir os objetivos do projeto educativo de cada escola/agrupamento de escolas, nomeadamente reconhecendo o seu papel na relação identitária dos alunos com a escola, na promoção do sucesso escolar, no combate ao absentismo escolar, entre outros;
- A definição clara por parte das estruturas de gestão da escola – conselho geral de escola, direção, conselho pedagógico - de estratégias e de meios que permitam comunicar de modo eficaz os objetivos, o impacto e as atividades do Desporto Escolar junto de todos os elementos da comunidade educativa, nomeadamente dos alunos (e das suas associações), pais (e das suas associações) e autarquias;

- O alargamento das possibilidades de participação da comunidade educativa e da comunidade envolvente na estrutura e ação do clube de Desporto Escolar;
- Melhorar e ampliar as possibilidades de comunicação do projeto do Desporto Escolar em cada escola, agrupamento de escolas, região, esclarecendo sobre o papel do projeto de Desporto Escolar e da sua importância para a formação desportiva e o alargamento das possibilidades de prática desportiva;
- Garantir o envolvimento das estruturas diretivas e de orientação educativa das escolas, na certificação e supervisão dos projetos, responsabilizando-se pelo seu acompanhamento e funcionamento de acordo com as normas vigentes, nomeadamente na organização de horários, na organização de espaços que possibilitem a participação de todos os alunos;
- Garantir o período do final das aulas (fim de tarde), como momento por excelência para a organização dos treinos, assumindo que as exceções a esta indicação não prejudicam as condições de acesso a treinos;
- Envolver participantes de outros projetos de escola promovendo iniciativas conjuntas e transversais que garantam um maior envolvimento de diferentes setores escolares;
- Maior envolvimento dos alunos, individualmente e através das associações de estudantes, dos pais, individualmente e através das associações de pais na concretização e desenvolvimento do projeto do Desporto Escolar em cada agrupamento de escolas e escolas.

Participantes

Ágata Aranha

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

Ana Margarida

Professora de Educação Física com Grupo Equipa do Desporto Escolar - Braga

António Cardoso

Deputado à Assembleia da República - Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da República

Bruno Pinto

Aluno do Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto

Carlos Cardoso

Presidente da Confederação do Desporto de Portugal

Carlos Lourenço

Panathlon Clube de Lisboa

Daniel Monteiro

Presidente da Federação Académica do Desporto Universitário

Elmano Santos

Diretor de Serviços do Desporto Escolar na Região Autónoma da Madeira

Fernando Marmeleira

Professor de Educação Física com Grupo Equipa do Desporto Escolar - Évora

João Neto

Comissão de Atletas Olímpicos do Comité Olímpico de Portugal

Jorge Máximo

Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa

Jorge Pereira

Instituto Superior da Maia - Departamento de Ciências da Educação Física e Desporto

Jorge Proença

Diretor da Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Lusófona

José Cordovil

Professor de Educação Física com Grupo Equipa do Desporto Escolar - Lisboa

José Alves Diniz

Presidente da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Lisboa

Luís Bom

Professor na Faculdade de Educação Física e Desporto da ULHT

Manuel Brito

Ex-Diretor Geral do Gabinete do Desporto Escolar e ex-vice-presidente da FISU

Miguel Coelho

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade de Coimbra

Nuno Laurentino

Secretaria de Estado do Desporto do Ministério da Educação

Patrícia Canário

Ministério da Educação, Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares

Patrícia Gomes
Aluna do Desporto Escolar do Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto

Paula Queirós
Faculdade do Desporto da Universidade do Porto

Paulo César
Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Odivelas

Paulo Gomes
Coordenador Nacional do Desporto Escolar

Pedro Cunha
Subdiretor Geral de Educação

Pedro Kay
Gabinete da Coordenação Nacional do Desporto Escolar

Pedro Pimpão
Deputado à Assembleia da República - Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República

Raquel Gonçalves
Professor de Educação Física com Grupo Equipa do Desporto Escolar - Algarve

Ricardo Carvalho
Diretor de Serviços da Atividade Física Desportiva e Instalações – Região Autónoma dos Açores

Sérgio Damásio
Rede de Escolas com Formação em Desporto do Ensino Superior Politécnico Público

Vítor Pardal
Coordenador da Unidade de Apoio ao Alto Rendimento

Vítor Pataco
Vice-presidente do Instituto Português do Desporto e da Juventude

Vítor Pedroso
Diretor Geral de Educação

Vítor Serpa
Diretor do jornal A BOLA

Vladimiro Campos
Professor de Educação Física com Grupo Equipa do Desporto Escolar e Coordenador - Porto

Referências

CNAPEF (2002) - *Dez anos após a reforma - perspetivas para a Educação Física e o Desporto Escolar*. Carta aberta. Lisboa

CNAPEF & SPEF (2011). *Desporto Escolar – Sugestões de melhoria do projeto*. Carta aberta. Lisboa

Direção Geral de Educação (2015). Regulamento do programa do Desporto Escolar 2015-2016.

Direção Geral de Educação (2012). Relatório do Programa do Desporto Escolar 2009-2012. Direção de Serviços de Projetos Educativos. Divisão do Desporto Escolar.

HEPA - Expert group on health-enhancing physical activity (2015). *Recommendations to encourage physical education in schools, including motor skills in early childhood, and to create valuable authorities and the private sector*. European Commission.

Ministério da Educação (2003). Documento orientador: Jogar pelo futuro – Medidas e Metas para a década. Desporto Escolar

Ministério da Educação (2013). Programa de Desporto Escolar 2013-2017. Direção de Serviços de Projetos Educativos. Divisão do Desporto Escolar.

UNESCO (2015). Quality Physical Education. Guidelines for policy-makers.